= TÊRMO DE ABERTURA =

Contém éste livro, 100 (cem) paginas, numeradas tipográficamente e tôdas rubricadas com a chancela= ____________, Antonio Celestino Neto, de que faço uso para nele lançar tôdas as Leis e Resoluções aprovadas por esta Câmara Municipal, durante o exercício de 1.977.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.

Antonio Celestino Neto

"Presidente da Câmara Municipal "

-.-

" LEI Nº 01, de 24 DE FEVEREIRO DE 1.977 "

" Autoriza a Prefeitura Municipal a conceder pensão mensal e intrasferivel á viúva de ex-servidor municipal, Sr. Liberato Costa.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA, Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais, DECRETA a seguinte :

LEI:-

ARTIGO 1º:- Fica a Prefeitura Municipal autorizada a conceder, a partir do dia 12 de Janeiro de 1.977, á Dª Adelaide Angelina Carvazin, viúva do ex-servidor Sr. Liberato Costa, uma pensão mensal e intransferível na porcentagem de 75% (setenta e cinco por cento) dos vencimentos do aludido servidor enquando perdurar a viuvez.

ARTIGO 2º:- As despesas decorrentes com a execução desta Lei, serão atendidas por dotações próprias consignadas no Orçamento vigente, suplementadas se necessário.

ARTIGO 3º :- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antonio Celestino Neto

" Presidente da Câmara Municipal "

-.-

" LEI Nº 02 DE 24 DE FEVEREIRO DE 1.977 "

Declara de utilidade pública o Lar Santo Antonio"

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA, Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais, DECRETA a seguinte . . .

L E I :-

ARTIGO 1º :- Fica declarado de Utilidade Pública o LAR SANTO ANTONIO, com séde e foro jurídico nesta cidade.

ARTIGO 2º :- Esta Lei antrará em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.....

Antonio Celestimo Neto

" Presidente da Câmara Municipal "

" L E I Nº 0 3 DE 24 DE FEVEREIRO DE 1.977"

" Dispõe sobre parcelamento em fase amigável e judicial de débitos.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais DECRETA a seguinte . . .

L E I : -

ARTIGO 1º :- Fica o Executivo Municipal autorizado a proceder o parcelamento dos débitos regularmente inscritos em dívida Ativa em número máximo de dez (1o) parcelas e consecutivas.

§ 1º :- O pedido de parcelamento será manifestado em petição escrita, na qual o contribuinte relacionará os imóveis a que se refere o pedido.

§ 2º : - Recebido o pedido, a Diretoria de Serviços de Finanças, através do setor de Tributação, efetuará o discriminativo de débito que constará de confissão de divida em termo de acordo o qual será assinado pelo devedor e Diretor do Serviço de Finanças da Prefeitura Municipal.

§ 3º : - Constitue motivo de rescissão do parcelamento concedido, com vencimento integral do saldo devedor e consequente cobrança Judicial, o atraso no pagamento de três (3) parcelas consecutivas do débito confessado.

ARTIGO 2º :- Fica igualmente autorizado o reescalonamento dos débitos constantes dos acordos firmados nos têrmos da Lei nº 12 de 17 de Abril de 1.973, devendo neste caso o contribuinte inadimplente solicitar o benfício efetuar nova confissão de dívida, bem como novo termo de acordo, podendo inclusive solicitar a inclusão de outros débitos,

ARTIGO 3º :- O parcelamento, como também o reescalonamento está sujeito a multa e correção monetária nos termos da Legislação Tributária do Município contados até a data da ssinatura da confissão e termo de acordo.

§ :- Único :- Os juros moratórios incidem até a liquidação final do débito.

ARTIGO 4º :- Fica também autorizado o parcelamento em número não excedente a dez (1o) parcelas do saldo devedor dos créditos provenientes de pavimetação asfáltica e a Paralelepipedos, colocação de guias e sargetas e extensão de rêde pública de energia elétrica anterior ao ano de 1.975 inclusive.

§ Único : - O saldo devedor no caso do